



5033367



00135.227007/2025-16



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ata da 333ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Datas: 11 a 13/02/2025

Nos dias onze, doze e treze do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no SCS – Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Torre A, Edifício Parque Cidade Corporate, 10º andar, Sala Plenária, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – Conanda.

No dia 11/02/2025 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriano de Britos (ACM); Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Angélica Campelo (MDS); Ana Carolina Freitas de A. Saboia (MIR); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Barbara Martins Alves dos Santos (MJSP); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Cleunice Bohn de Lima (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Christiane Azevedo Barros (MTE); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Débora Cristina dos Reis Costa (União Marista do Brasil); Débora Nogueira Beserra (Casa Civil da Presidência da Repúblca); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (FENAPESTALOZZI); Erasto Fortes Mendonça (MEC); Francimara Carneiro Araújo (ANCED); Jessica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional da Juventude); Larissa Bárbara de Oliveira Andrade (MPI); Lucas Leonam Lima da Silva (MF); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraísa Bezerra Lessa (MEC); Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia (NECA); Miriam Maria José dos Santos (Rede Cidadã); Nayara Karin Falcão de Oliveira (Ministério do Esporte); Nara Denilse de Araújo (MJ); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paula Moreira Neves Pereira (MTE); Paulo Roberto do Espírito Santo (Fundação Fé e Alegria); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Reginaldo Pereira da Silva (Visão Mundial); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Ricardo Washington Moraes de Melo (Conselho Federal da OAB); Sandra Fabrícia Cândido Teodoro (AMSK/Brasil); Sandra Regina Ferreira Barbosa (FENATIBREF); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Tâmara Tamires Soares Silva (FENAPAES); Thamirys Nardini Nunes (Associação Minha Criança Trans Brasil); Valéria Souza Medeiros (MDS).

No dia 12/02/2025 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriano de Britos (ACM); Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Angélica Campelo (MDS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Ana Cláudia Neri Botelho (Secretaria Nacional da Juventude); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bianca Orrico Serrão (SaferNet Brasil); Carlos Frederico dos

Santos (União Escoteiros do Brasil); Cleunice Bohn de Lima (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down); Christiane Azevedo Barros (MTE); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Débora Cristina dos Reis Costa (União Marista do Brasil); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Denise Leite Ocampos (MS); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elaine Amazonas Alves dos Santos (CFESS); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (FENAPESTALOZZI); Fábio Meirelles Hardman de Castro (SNDCA); Francimara Carneiro Araújo (ANCED); Larissa Bárbara de Oliveira Andrade (MPI); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraisa Bezerra Lessa (MEC); Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia (NECA); Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Miriam Maria José dos Santos (Rede Cidadã); Nayara Karin Falcão de Oliveira (Ministério do Esporte); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paula Moreira Neves Pereira (MTE); Paulo Roberto do Espírito Santo (Fundação Fé e Alegria); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Ricardo Washington Moraes de Melo (Conselho Federal da OAB); Sandra Fabrícia Cândido Teodoro (AMSK/Brasil); Sandra Regina Ferreira Barbosa (FENATIBREF); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Tâmara Tamires Soares Silva (FENAPAES); Thamirys Nardini Nunes (Associação Minha Criança Trans Brasil); Valéria Souza Medeiros (MDS).

No dia 13/02/2025 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Adriano de Britos (ACM); Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Angélica Campelo (MDS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Bianca Orrico Serrão (SaferNet Brasil); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Cleunice Bohn de Lima (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down); Christiane Azevedo Barros (MTE); Lucas Leonam Lima da Silva (MF); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Elaine Amazonas Alves dos Santos (CFESS); Emily Karolyne Rodrigues Cabral (FENAPESTALOZZI); Francimara Carneiro Araújo (ANCED);); Larissa Bárbara de Oliveira Andrade (MPI); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maraisa Bezerra Lessa (MEC); Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia (NECA); Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Miriam Maria José dos Santos (Rede Cidadã); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paula Moreira Neves Pereira (MTE); Paulo Roberto do Espírito Santo (Fundação Fé e Alegria); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Ricardo Washington Moraes de Melo (Conselho Federal da OAB); Reginaldo Pereira da Silva (Visão Mundial); Sandra Fabrícia Cândido Teodoro (AMSK/Brasil); Sandra Regina Ferreira Barbosa (FENATIBREF); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tâmara Tamires Soares Silva (FENAPAES); Thamirys Nardini Nunes (Associação Minha Criança Trans Brasil); Valéria Souza Medeiros (MDS), Débora Cristina dos Reis Costa (União Marista do Brasil).

11/02/2025 – Abertura da 333ª Assembleia do Conanda: A Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, foi realizada a chamada dos conselheiros e conselheiras presentes e cada um fez sua respectiva audiodescrição. Ato contínuo, a Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva fez a leitura da ordem do dia, a saber: Dia 11/02/2025 - Abertura da 333ª Assembleia Ordinária (aberta ao público); Boas-vindas; Chamada dos conselheiros; Apresentação da proposta de trabalho para os três dias; Reunia o de conselheiros simultânea (somente para conselheiros e conselheiras); Eleição da Presidência e composição das comissões permanentes e mesa diretora (aberta ao público); Intervalo; Apresentação a respeito da SNDCA e do Conanda (aberto ao público); Apresentação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Apresentação

das atividades realizadas pelo Conanda em 2023-2024; Descolamento para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Posse dos conselheiros e conselheiras do Conanda para o biênio 2025-2026; Posse dos integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes para o biênio 2025-2026; Lançamento da Campanha de Carnaval. Dia 12/02/2025 - Abertura do Planejamento Estratégico do Conanda para o biênio 2025-2026 (aberto ao Público); Planejamento Estratégico do Conanda para o biênio 2025-2026 (somente para conselheiros e conselheiras). Dia 13/02/2025 - Planejamento do Conanda para o biênio 2025-2026 (somente para conselheiros e conselheiras); Intervalo; Apresentação do Planejamento Estratégico do Conanda; Encerramento. Após, foi realizada eleição para composição das comissões, que seguem: **Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP)** - Deila do Nascimento M. Cavalcanti (Coordenadora), Larissa Bárbara de Oliveira Andrade (Relatora), Carlos Frederico dos Santos, Lucinete Correa Tavares, Paulo Thadeu Franco das Neves, Francimara Carneiro Araújo, Cleunice Bohn de Lima, Thamirys Nardini Nunes, Ricardo Washington Moraes de Melo, Tâmara Tamires Soares Silva. **Comissão de Políticas Públicas (CPP)** - Amanda Anderson de Souza (Coordenadora), Elaine Amazonas Alves dos Santos (Relatora), Antônio Roberto Silva Pasin, Paulo Roberto do Espírito Santo, Marina de Pol Poniwas, Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Débora de Carvalho Vigevani, Thamirys Nardini Nunes, Ana Claudia Cifali, Sandra Regina Ferreira Barbosa, Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia. **Comissão de Mobilização e Formação (CMF)** - Edmundo Ribeiro Kroger (Coordenador), Jéssica Raiany Santos Costa (Relatoria), Clóvis Alberto Pereira, Renato César Ribeiro Bomfim, Tatiana Augusto Furtado Gomes, Sandra Fabrícia Cândido Teodoro, Bianca Orrico Serrão, Emily Karolyne Rodrigues Cabral e Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura). **Comissão de Orçamento e Finanças (COF)** – Danyel Iório de Lima (Coordenador), Antônio Lacerda Souto (Relator), Lucas Leonam Lima da Silva (MF); Débora Cristina dos Reis Costa, Adriano de Britos, Miriam Maria José dos Santos, Reginaldo Pereira da Silva, Sérgio Eduardo Marques da Rocha. Seguidamente, a Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva fez uma apresentação acerca da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA. Enfatizou que é um órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e que tem a responsabilidade de transformar políticas em ações concretas, promovendo, protegendo e assegurando os direitos para crianças e adolescentes, com ênfase na prevenção de mediação de conflitos e no combate a qualquer forma de violação de direitos. Inferiu sobre o lançamento da Campanha de carnaval, que visa proteger os menores do trabalho infantil, haja visto que os pais levam essas crianças e adolescentes para trabalharem durante os festejos de rua, o que, muitas vezes, ocasiona a exploração sexual dessas crianças. Pontuou que é de extrema importância que o CPA seja cada vez mais fortalecido, ampliando em 10% o percentual de municípios com regulamentação efetiva do FNCA. Ao final, pontuou que a Secretaria Executiva irá disponibilizar todo material apresentado aos conselheiros e conselheiras. Adiante, a Conselheira Marina de Pol Poniwas realizou apresentação do panorama geral referente a Gestão 2023-2024. Reforçou que a ideia é que a partir dessa verificação, possa-se colaborar e contribuir com a organização e planejamento das comissões e do conselho. Definindo prioridades, ressaltando metas e indicadores com bastante consistência para alcançar os objetivos desejados. Assim, o primeiro dia da 333ª Assembleia Ordinária do Conanda foi encerrado.

12/02/2025 – Abertura do segundo dia da 333ª Assembleia do Conanda: A Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos. Após, com a palavra, o Deputado Federal Henrique Vieira discursou enfatizando que cada vez mais, no parlamento brasileiro, existe uma perspectiva de sociedade violenta e autoritária. Pontuou

que as pautas, muitas vezes, dentro do Congresso, relacionadas a infância e adolescência, buscam apenas armar para controlar e deixar mais tempo em internação compulsória ou em privação de liberdade, o que considerou totalmente distante da realidade brasileira. Reforçou que para ter acesso à cultura, os adolescentes e crianças não são o futuro, mas sim o presente. E que a necessidade que se faz mais evidente dentro dos contextos é que se precisa de política pública, escola, quadra, Rap, poesia, fotografia e arte para sociedade. Se colocou a disposição na luta pela infância e adolescência dentro do Congresso Nacional. Seguidamente, um dos participantes da CPA considerou que esse é um momento muito importante para a vida de todos os adolescentes e agradeceu pelas palavras proferidas pelo Deputado Federal. Pontuou que, como adolescente, sabe o que é passar por problemas dentro das escolas e em casa, e ter pessoas que lutam pelos seus direitos e causa, é extremamente gratificante. Adiante, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim inferiu que na conjuntura nacional há uma perseguição notória dos evangélicos pentecostais e neopentecostais em relação a religiões de matriz africana e o Brasil precisa de mais pastores iguais ao Deputado Federal Henrique Vieira. Posteriormente, a Conselheira Lucinete Correa Tavares considerou que cada um carrega uma história sobre um menino, uma menina ou uma criança da comunidade na sua periferia, mas é extremamente importante poder ouvir uma pessoa que está no Congresso Nacional e se coloca à disposição de lutar pelo que o Conanda luta diariamente. Considerou que é fundamental que exista mais pastores e pessoas que sejam de exemplo para as futuras gerações. Em seguida, um outro participante da CPA reforçou, acerca do relativismo do que é ou não criminoso, que um país que é marcado por uma história extremamente genocida, uma construção nacional que foi fundamentada no desmantelamento de impérios africanos, é muito comum que pessoas que foram históricas, e que são cotidianamente marginalizadas, continuem sendo jogadas para as periferias da cidade. Ato contínuo, o Adolescente Rian Eduardo considerou que é necessário que existam mais pessoas que representem os adolescentes, para que haja um crescimento no debate a fim de gerar políticas públicas e ações afirmativas que garantam mais direitos e proteção. Após, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves pontuou que a luta tem que ser árdua e aguerrida de enfrentamento contra a extrema direita e contra a ideologia que, cada vez mais, perpetua dentro das escolas. Propôs que esse é o momento de o Conanda pensar em uma Resolução de fortalecimento do movimento estudantil e dos grêmios nas escolas. Seguidamente, com a uso da palavra, a Deputada Federal Erika Kokay considerou que o Conanda auxilia na construção de verdadeiras cirandas dentro da perspectiva horizontalizada para trabalhar alguns elementos absolutamente fundamentais. Um deles é a intersetorialidade, pois pontuou que nenhuma política pública é solitária, elas são enganchadas umas nas outras, na medida em que os direitos também são entrelaçados. Reforçou que é importante ter mecanismos para construir e medir se o Estado e o município estão cumprindo a condição de prioridade absoluta e caso isso não esteja acontecendo, é necessário ter instrumentos como o orçamento da criança e do adolescente, bem como o Estado deve ser penalizado para que possa cumprir o que foi conquistado. Adiante, o Adolescente Felipe pontuou que a educação não muda o mundo, mas transforma realidades, pensamentos e opiniões. Diante disso, essas pessoas, transformadas e realizadas pela educação, que modificam o mundo que está acontecendo. Posteriormente, a Conselheira Thamiry Nardini Nunes inferiu que compreender e entender a sexualidade e a identidade de gênero durante essa fase da vida não é um processo fácil, pois muitos medos e conflitos passam pela mente das crianças e adolescentes, incluindo o medo do abandono familiar, do bullying e da violência. Diante disso, reafirmou o compromisso do Conanda em buscar formas

e proteção e segurança. Em seguida, a Conselheira Nayara Karin Falcão de Oliveira considerou que é louvável ver tantas pessoas dispostas a fazer uma mudança social grande e lutar pelos direitos humanos e pela existência de cada um. Pontuou que as pessoas com deficiência ainda continuam na invisibilidade, então solicitou que cada pessoa pudesse revisitar suas falas e pensamentos, pois é algo cultural. Ato contínuo, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira inferiu que, como pessoa com deficiência, muitas vezes tem pressa, mas os processos políticos, orgânicos são lentos, porém dá para avançar nas pautas mesmo assim. Após, os conselheiros (as) foram divididos em salas, conforme a sua respectiva comissão, para debater e avaliar as atividades desenvolvidas no último biênio e verificar o que deve ou não ser mantido para a próxima gestão. Seguidamente, foram realizadas as apresentações de cada comissão, acerca das tratativas que devem ser prioritárias e não prioritárias, que segue: Comissão de Políticas Públicas (CPP) – A Conselheira Amanda Anderson de Souza inferiu que a comissão foi priorizando e compilando as demandas que poderiam ser trabalhadas em conjunto. Pontuou que várias eram do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Considerou que foi finalizada a Resolução nº 252 e aprovada pelo plenário do Conanda com aclamação, sendo necessárias apenas algumas adequações sugeridas pelo SINASE. Diante disso, considerou importante que essas tratativas possam passar pela Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) a fim de criar um novo Grupo de Trabalho, fazendo uma ação conjunta entre todas as comissões. Inferiu que a comissão também separou o que são planos nacionais que precisam de uma maior atenção e que devem ser trabalhados, dando destaque para: articulação do plano decenal, na articulação do plano de parceria com as comissões intersetoriais ou comitês; Plano Operativo da Primeira Infância; Contratação e execução de consultorias para acompanhamento das metas do Conanda nos respectivos planos por período; Articulação para atualização dos planos que não encontram-se vigentes em parceria; Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual; Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Plano Nacional de Atendimento do Sistema Socioeducativo; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; e o Plano Operativo da Primeira Infância. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) – Os conselheiros(as) pontuaram que, acerca da alta prioridade, uniram a incidência legislativa com mobilização junto ao legislativo, bem como todos os PDL's e PL's que ameaçam o Conanda, seu funcionamento e resoluções estabelecidas. Consideraram que posteriormente irão pontuar ações que visam a incidência efetiva da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) junto ao Parlamento. Consideraram também como alta prioridade, a discussão sobre as pautas emergenciais do Conanda, pensando em questões específicas sobre as crianças Trans, pessoas com deficiência e letalidade policial. Pontuaram a importância do Grupo de Trabalho acerca da desinstitucionalização de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas; bem como a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. Reforçaram a importância de realização de uma assembleia descentralizada no Rio Grande do Sul a fim de monitorar e apoiar a região, especialmente em razão dos desastres ambientais. A elaboração do ECA em língua indígena e simples, em parceria com as universidades federais, verificando as línguas mais faladas por região também entrou como pauta prioritária para a comissão. Pautaram ser de extrema importância também realização de uma visita na fronteira Brasil-Venezuela para elaboração de relatório sobre a situação de crianças, migrantes, em especial crianças e adolescentes indígenas e migrantes, acesso à educação, registro civil, saúde, provenientes da questão do efeito da eleição presidencial dos Estados Unidos. Comissão de Orçamento e Finanças (COF) - Quanto a alta prioridade, os conselheiros(as) escolheram acompanhar a execução do Programa de Proteção à Criança e

Adolescente da Secretaria Nacional, bem como a execução do orçamento. Inferiram da importância de revisar a Resolução nº 137 e para isso existe a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho para realização das tratativas. Também pautaram a definição de estratégias de cofinanciamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo com diretrizes para os conselhos estaduais e municipais. Finalizaram referenciando acerca da articulação do PLDO nº 26 e 27 a fim de priorizar as crianças e adolescentes, tanto no executivo quanto legislativo. Comissão de Mobilização e Formação (CMF) – Os conselheiros(as) enfatizaram que não conseguiram separar as demandas em baixa, média ou alta prioridades, mas enumeraram conforme precedência, considerando: monitorar a contratação de profissional de comunicação; discutir a indicação de operacionalização das Resoluções de nºs 181, 216, 214, 255, 218, 254, 224, 255 e 249 que tratam sobre a educação continuada aos membros do sistema de garantia de direitos, sobre as resoluções do Conanda que versam sobre crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais; promover diálogos entre as comissões do Conanda sobre o funcionamento do conselho tutelar e conselhos municipais nos municípios brasileiros, lógico; provisionamento de recursos para garantir o pacote de dados de internet para o CPA, de forma continuada; realizar campanhas sobre os direitos de criança e adolescente. Após, a Conselheira Marina de Pol Poniwas considerou que na Comissão de Mobilização e Formação (CMF) faltou pontuar as questões relacionadas a manutenção das reuniões quinzenais com os conselhos estaduais. Pontuou que é necessário pautar sobre como o Conanda irá apoiar metodologicamente, tecnicamente e financeiramente com a realização do terceiro congresso de enfrentamento à violência sexual, pois irá coincidir com a Assembleia do Conanda. Diante disso, se poderia aprovar as diretrizes da política e celebrar a aprovação no terceiro congresso. Assim, o segundo dia da 333ª Assembleia Ordinária do Conanda foi encerrado.

13/02/2025 – Abertura do terceiro dia da 333ª Assembleia do Conanda: A Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos. Após, passou-se a abertura do Planejamento Estratégico para o Biênio 2025-2026. Com uso da palavra, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira falou em nome da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) e pontuou que umas das pautas que a comissão quer referenciar é a questão das diversidades, das infâncias e deficiências. Diante disso, considerou que seria importante que as outras comissões possam colaborar e colocar essas temáticas como uma premissa, pois assim, não haveria a necessidade de a todo instante ou em todo o texto, repetir as especialidades que são tão caras para a política dos direitos humanos. Seguidamente, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani informou que a Comissão de Políticas Públicas (CPP) iria fazer a primeira ação, entregando aos conselheiros(as) o guia de acolhimento familiar e pontuou que posteriormente haverá momento oportuno para que haja a explicação acerca do guia e sobre a política pública que o baseou. Adiante, um dos partícipes sugeriu remover o seguinte tópico das propostas da Comissão de Mobilização e Formação (CMF): “*promover diálogos com o Comitê Gestor da Internet e demais atores envolvidos sobre promoção do uso seguro das tecnologias de informação e comunicação por crianças e adolescentes*”, e todos os conselheiros(as) presentes concordaram. Posteriormente, a Conselheira Paula Moreira Neves Pereira propôs que seja inserido “parceria com CONAETI – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo” nos eixos 1, 10 e nos itens sobre as escolas de conselho. Em seguida, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger pontuou que observando todas as comissões, várias ações estão repetidas, então, solicitou aos consultores que possam fazer um apanhado para verificar o que está coincidindo e que, posteriormente, esse material seja disponibilizado de forma virtual aos conselheiros(as). Ato contínuo, uma das conselheiras inferiu que sentiu

falta de referências sobre o monitoramento da execução dos recursos que estão em prodoc. Considerou que em 2024 houve um mapeamento muito importante que direcionou as ações do Conanda e apresentou onde estavam os recursos localizados e quais os prodoc, detalhando cada um deles. Diante disso, solicitou, caso não haja nenhuma menção, que possa ser inserido dentro das atribuições das comissões e realizada sua atualização. Após, a Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida pontuou que o Conselho Nacional de Educação não chama mais reforma do ensino médio, alterando para Política Nacional do Ensino Médio. Inferiu que o Conselho e está fazendo as diretrizes operacionais dos itinerários formativos, onde entra a formação profissional. Diante disso, propôs que um(a) conselheiro(a) do Conanda possa ser convidado para a próxima reunião dessa comissão, que já está em fase de discussão. Em complementação, a Conselheira Marina de Pol Poniwas sugeriu que o Conanda encaminhe um ofício para o Conselho Nacional de Educação, para a Câmara de Educação Básica, solicitando que esse convite seja feito, já com o nome do voluntário que participará. Seguidamente, a Presidente Maria do Pilar Lacerda Almeida inferiu que existe uma questão acerca da escola de período integral: os jovens e adolescentes que trabalham de diferentes formas não podem participar do tempo integral. Diante disso, alguns estados criaram a obrigatoriedade do ensino em tempo integral, aí esses jovens passam para o noturno e acabam desistindo, porque ficam muito cansados. Então, uma das reivindicações que o Conanda deve levar é que este tempo de trabalho e aprendizagem seja aproveitado como carga-horária nos itinerários formativos. Destacou também que o Conselho Nacional deve começar um debate acerca da evasão escolar, que está ligada a pior forma de trabalho infantil: o tráfico de drogas. Sugeriu que o Conanda deve agregar esse debate que começou com o Procurador Federal do Rio de Janeiro e com a Redes da Maré, e que essa discussão possa ser realizada não só na escola. Adiante, foi realizada a leitura da minuta de Resolução que institui o grupo temático para acompanhar a desinstitucionalização de crianças e adolescentes das comunidades terapêuticas e instituições congêneres. Aberto as considerações, a Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti sugeriu que o grupo avalie um momento de diálogo com o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e com o Fórum Nacional também, para ampliar a discussão, considerando a possibilidade que eles possam chamar especialistas e convidados que façam alusão ao tema. Ponderou, acerca da anuência da coordenação para autorizar a divulgação dos trabalhos, mas quem deve realizar tal atividade é a Assembleia do Conanda. Posteriormente, passou-se ao regime de votação, e não havendo mais nenhuma consideração por parte dos conselheiros(as) presentes, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Em seguida, foi realizada a leitura da minuta de Resolução que instituir o grupo temático para elaborar as diretrizes para a Política Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Não havendo nenhuma consideração por parte dos conselheiros(as) presentes, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Ato contínuo, o Conselheiro Adriano de Britos fez uma consideração acerca das propostas das comissões que foram apresentadas, tendo em vista que a Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP), dentro da sua previsão do planejamento, possui a contratação de dois consultores para apoiar a comissão. Diante disso, considerou que seria interessante entender como haverá de ser realizada as contratações, pois gostaria que elas fossem feitas de forma virtual, ou durante a próxima Assembleia do Conanda, e que nesse momento houvesse a participação da sociedade civil no processo de contratação. Após, uma das conselheiras presentes inferiu que, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas (CPP), não teve tempo hábil para apreciar os eixos e objetivos propostos. Considerou que serão feitas algumas pontuações e que será necessário que todos possam observar se os eixos e

temas fazem sentido com o que está proposto. Finalizou considerando que a continuação dos trabalhos será realizada na assembleia de março.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, lavrei esta Ata

Assinatura eletrônica

CARLOS HENRIQUE DE MORAES PINTO

Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Substituto
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Moraes Pinto, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Substituto**, em 23/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5033367** e o código CRC **E8A5ADD1**.

Referência: Processo nº 00135.209220/2024-57

SEI nº 4437849